



ISSN: 2595-5713

Vol. 06 | N°. 12 | Ano 2023

A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA E OS CONTEXTOS DAS NEGOCIAÇÕES COM OS COLONIZADORES

ANGOLAN INDEPENDENCE AND THE CONTEXT OF NEGOTIATIONS
WITH THE COLONISERS

RESUMO: Este artigo, de carácter qualitativo, procurou analisar o processo de independência de Angola, a partir de revisão bibliográfica e análise documental. Entre outras questões, observou-se que os progressos e recuos do que poderia ser a base negociada da transição colonial para a autodeterminação dos angolanos (Acordo de Alvor), estaria associada com as estratégias coloniais de negociação junto às potências dominantes da época (URSS e EUA).

PALAVRAS-CHAVE: Independência de Angola; Luso-tropicalismo; Capitalismo.

ABSTRACT: This article, using a qualitative approach, aimed to explore Angola's independence process, based on a literature review and documentary analysis. Among other questions, it revealed that the progress and obstacles of what might have been the negotiation platform for the colonial transition to self-determination for the Angolans (Alvor Agreement) were linked to the colonial negotiating tactics with the dominant forces of the time (USSR and USA).

KEY WORDS: Independence of Angola; Luso-tropicalism; Capitalism.

Xavier Hossi Cahombo Mário

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA E OS CONTEXTOS DAS NEGOCIAÇÕES COM OS COLONIZADORES

Xavier Hossi Cahombo Mário ¹

Introdução

Embora muitos tenham visto o Acordo de Alvor como uma forma de consenso entre o Estado Português e os movimentos de libertação nacional de Angola, a saber: (i) Frente Nacional de Libertação de Angola - F. N. L. A; (ii) Movimento Popular de Libertação de Angola - M. P. L. A; e (iii) União Nacional para a Independência Total de Angola - U. N. I. T. A., a sua realização, baseada nas escolhas históricas da colonização portuguesa e no rearranjo imperialista em Angola, determinaram a inviabilidade deste Acordo. Quando de 10 a 15 de janeiro de 1975 em Alvor/Algarve, se esperava que o Acordo ajudasse a definir as fórmulas para a proclamação da independência, os acordos anteriores de 1974 nos Açores/Portugal e na Ilha do Sal/Cabo-Verde, já haviam selado o seu fracasso. Pois, as potências capitalistas que exploraram economicamente Angola buscaram interferir na definição da linha ideológica que deveria proclamar a independência do país.

Uma contradição entre a agenda internacional de descolonização formal, liderada pela ONU, e o realinhamento dos interesses imperialistas liderados pelos EUA, ocorreu em Angola, pela administração colonial direta ineficaz de Portugal, marcada pelo assimilacionismo cultural e a falta de capacidade econômica. Assim, a aproximação de europeus pobres dos africanos resultou apenas em uma mediocridade ideológica que era incapaz de desenvolver economicamente Angola, forçando Portugal a recorrer ao investimento estrangeiro para manter seus territórios na África. Essa tática legítima, ontologicamente, a colonização coletiva ou o ultra capitalismo, que se tornaram motivos para impedir qualquer acordo que não atendesse aos interesses coloniais.

Dessa forma, quando surge o nacionalismo angolano, estimulado pela agenda de descolonização do mundo, promovida pelo fim da Segunda Guerra Mundial, não há uma, mas várias ideologias de descolonização, devido à influência da guerra fria que dividia o mundo capitalista e socialista, tornando qualquer tentativa de negociação limitada pela história. Assim, apesar de alguns angolanos e até mesmo certos estrangeiros acreditarem que Alvor levaria à autodeterminação dos angolanos, o fato de sete dias após a sua assinatura os EUA terem autorizado a operação IAFEATURE para eliminar o movimento nacionalista pró-comunista (MPLA), revela um acordo concebido para não ser cumprido. Essa interferência americana nas escolhas

¹ Xavier Hossi Cahombo Mário, Licenciado em Ciências da Educação, especialidade de História, pela Universidade Katyavala Bwila (Angola), Mestre em ensino de História de África. Professor do II ciclo em Angola, na Província do Cuando Cubango, Município de Menongue (Angola). xaviermario1109@gmail.com

ideológicas dos angolanos explica claramente o início da guerra após a proclamação da independência, pois o MPLA não se deixou abater e buscou o apoio da URSS e de Cuba.

A colonização mitigando a autoridade do colonizador

Na busca por acessar as minas e aumentar o comércio como forma de acumular riqueza, os Estados europeus iniciaram a exploração e a expansão de novos territórios. Nesse período, segundo Manuel, T. (2015, p. 27), “os comerciantes passam a ter tanta influência quanto os generais, o que dá origem a um novo tipo de assessor político, o economista”. Assim, o mercantilismo vai moldar o institucionalismo europeu, principalmente em relação aos países do Sul da Europa, onde Portugal se destacou.

Portugal foi o pioneiro na expansão marítima, chegando a Ceuta em 1415 e à foz do rio Kongo em 1482. Porém, logo o mercantilismo português descobre no tráfico de escravos o negócio mais lucrativo, que vai obscurecer por séculos as visões e perspectivas do progresso em comparação com os países do Canal da Mancha, que industrializados se libertaram rapidamente do mais horrendo negócio da humanidade. Foi então que no começo do século XIX, os Estados ocidentais industrializados se comprometem a acabar com o tráfico negreiro e, a partir de 1879, surgem na Europa duas grandes correntes mercantilistas – os protecionistas e os liberais (idem).

Segundo o autor (p. 28), a “proteção industrial impunha barreiras alfandegárias de concorrência de produtos estrangeiros” à custa do crescimento populacional anterior na Alemanha. Essa lógica foi seguida por "Espanha, Itália, Suíça, França e Grécia, em contraste com a Inglaterra e a Bélgica que defendiam o livre comércio entre outros territórios". Assim, a África emergiu como uma solução para esse conflito nacionalista e foi definida como um espaço de ajuste das economias europeias, que exigiam a estabilidade da população em oposição ao envio de escravos para as Américas.

Vimos assim que o cenário econômico-mundial foi marcado pela industrialização que os forçava a obter, a ter acesso ao novo mercado de matéria-prima, mão-de-obra barata e ao mercado de consumo dos seus produtos. Nesse sentido, era plausível que os comerciantes de escravos fossem, também, vítimas do imperialismo industrial europeu, pois, na mudança entre os séculos XIX e XX, Portugal será “usualmente apresentado, nos estudos portugueses e estrangeiros, como um elemento passivo da política internacional, levado ao sabor da corrente dos desejos e exigências das grandes potências europeias” (GUEVARA, 2006, p. 20).

Contudo, isso não significa que Portugal encontrou a melhor forma de lidar com a pressão externa em relação à sua presença em territórios ultramarinos. Terá em seguida, concebido o luso-tropicalismo, conforme Bender (2013), como:

[...] ideologia que se utilizava para explicar e justificar a presença portuguesa em África. [...] Em virtude da ausência única (segundo diziam) no plano histórico de racismo entre o povo português, a sua colonização dos territórios tropicais, não-europeus" (p. 49).

Uma opção mítica que na realidade se contradizia, pois, a própria divisão das populações em cidadãos e indígenas implicava um tratamento desigual, em que os indígenas sofriam o peso do colonialismo e os cidadãos, representados na sua maioria pela população de origem europeia, tinham os direitos de Estado garantidos. Para ascender a essa categoria, o indígena devia abandonar a sua identidade original e adotar o modo de vida europeu. Sobre isso, Bender (1976) escreve o seguinte:

“Oficialmente, era possível a qualquer africano ou mestiço ser reconhecido como assimilado (não-indígena) e, assim, atingia o mesmo *status* legal que o europeu. No entanto, para se habilitar a tal classificação, o indivíduo tinha de ter 18 anos de idade, demonstrar que sabia ler, escrever e falar português fluentemente, ser trabalhador assalariado, comer, vestir e ter a mesma religião que os portugueses, manter um padrão de vida e de costumes semelhantes ao estilo europeu e não ter cadastro na polícia” (p. 216).

Uma irreverência formal e formalizada, expressa materialmente por um registro específico de indígena, cuja cédula ilustrava a esfinge de uma cauda animal para indiciar que o negro estava tão mais próximo do mundo animal que humano (figura 1). Atuação que reduzia o argumento ideológico do luso-tropicalismo num mito fatal. Tal revelou o começo do fim tenebroso de Portugal nas possessões que detinha no além-mar, porque seja para os nativos, como para o resto do mundo, Portugal havia arquitetado uma mentira em seu próprio prejuízo.

O imaginário de “transformar os africanos em portugueses” (idem) era deste modo, delido pelo assimilacionismo segregacionista, pois Portugal defrontava-se igualmente, com a fragilidade econômica, ao que, elevar todos os nativos à categoria de cidadãos constituía um fardo enorme, porque segundo Manuel, T. (2015, p. 64), “o assimilado é cidadão e o cidadão é caro”. Terá sido por essa racionalidade que Portugal adoptou o “sistema de indigenato, integrado na política colonial do estado novo [...] estabeleceu explicitamente um regime de desigualdade social e política mediante a divisão da população em duas categorias jurídicas separadas” (BENDER, 1976, p. 216).

A estratégia de equilibrar as economias da metrópole com o recurso à emigração para as colônias, essencialmente, a de Angola, não foram suficientes, pois que, “até 1950, a população total de Angola, menos de 1% era branca e estava oficialmente na categoria de civilizados” (MANUEL, 2015, p. 63), os quais majoritariamente não estavam preparados para as atividades

econômicas para as quais eram chamados. Já durante os esforços da abolição do tráfico de escravos (1836-1840), Manuel, T. (2015) descreve o seguinte:

“A Coroa passa a subsidiar o recrutamento de brancos livremente interessados à colonização em Angola. Contra todas as expectativas, a este apelo respondiam os portugueses pobres e iletrados, porque os bem-sucedidos permaneciam em Portugal ou haviam já partido para as américas, em contextos mais prósperos” (p. 83).

Caracterização que vai justificar a relevância do investimento estrangeiro capitalista em Angola, criando as condições para “a conturbação da eficiência e da eficácia das políticas nacionalizadoras em particular, e do processo de transição política em geral” (idem, p. 99). Compreendemos deste modo que, a genealogia e a efetividade do designado “ultra capitalismo” por Dilolwa (2000) ou “colonização coletiva” por Manuel, T. (2015), estaria relacionada com as opções expansionistas lusas de escasso prognóstico. Tal fez com que a soberania político-administrativa de Portugal coexistisse com a soberania econômica das potências industrializadas que investiam no território.

Destacam-se exemplos como o do Caminho-ferro de Benguela, cujo contrato de exploração assinado em 1902, por 99 anos entre a administração colonial portuguesa e a *Cecil Rhodes* deliberou-se a implementação do projeto a partir de 1903, em que, segundo Manuel, T. (2015, p. 48-49), “o inglês Robert *Williams* da *Tanganyika concessions* começa a construir o caminho-de-ferro de Benguela”. O objetivo era, essencialmente, “o escoamento dos minérios do Katanga e da Zâmbia, ligando o Atlântico ao Índico”, contrariamente à mitologia de circulação de pessoas e produtos agrícolas do interior de Angola, que este foi um objetivo coadjuvante no âmbito do povoamento planificado.

Outras evidências sobre a proeminência do capital estrangeiro no território de Angola prendem-se com a extensão do plano Marshall em África, descrito por Manuel, T. (2015, p. 73) como “instrumento da hegemonia americana na Europa que permitirá controlar a partir de 1946, as colónias europeias em África, ajudando Portugal a perder o seu peso em Angola”. Ou seja, é reforçada a partir desta premissa, a presença dupla dos interesses estrangeiros (administrativos de Portugal e financeiros dos Estados Unidos da América). Por exemplo, em 1952 segundo o autor (2014, p. 4), “através dos US Export-Import Bank e o Banco mundial”, os EUA disponibilizaram “USD 18.000.000,00 para o CFB e USD 1.037.700,00 para modernizar o aeroporto de Luanda e USD 1.300.000,0 para estudos de melhoramento dos portos de Moçâmedes e do Lobito”.

Subsequentemente, e sob a mediação da África do Sul, o plano Marshall dispôs segundo o autor (2015, p. 73), entre 1972-1974, recursos para a “construção da barragem hidroelétrica do *kalueque* sobre o rio Cunene”. Empreitadas que mitigando a autoridade de Portugal, levaram as

opções nacionalistas angolanas à uma conturbação na hora de posicionar-se ideologicamente. Estranho foi que, com a invasão estrangeira que procurava impedir a proclamação da independência de Angola pelo MPLA em 1975, esta última infraestrutura foi a primeira a ser destruída pelas próprias tropas Sul-africanas. Ação capitalista que desvela o significado estratégico que a barragem representava num quadro em que Angola caísse nas mãos do regime socialista como se propagandeava.

Era, pois, pouco crível que Portugal fascista, apadrinhado pelos EUA em 1949 para integrar a OTAN, e em 1955 a ONU, segundo Manuel, T. (2015), tivesse autoridade suficiente para decidir em tempos revolucionários subsequentes sobre o formato da transição à independência de Angola. Por este motivo, Ferreira cf. Manuel, T. (2015, p. 47) entende que, “a participação de Portugal na NATO [...] criará uma nova premissa económica”, enredada pela hegemonia americana pois, até as quotas de adesão lusa àquela instância geopolítica eram suportadas pelos EUA. Este posicionamento americano tem a ver não com a localização estratégica de Portugal e o acolhimento da base das Lajes nos Açores. Segundo Maxwell, (1989, p. 533) Açores serviu de “isca e armadilha”, a detenção dos territórios portugueses em África, concretamente Angola, também, segundo Manuel, T. (2015), ao fato de que,

“A realidade apontava para um quadro promissor do mercado angolano que, apresentava excelentes oportunidades. Um comércio de actividade centrada na indústria extrativa e de transportes acabaria infiltrar-se na indústria transformadora, com o determinante investimento estrangeiro dirigidos maioritariamente para o sector de produção de matérias-primas associado ou não com o capital português” (p. 47).

Angola detinha assim, vastas oportunidades de matérias-primas para as quais Portugal, desprovido de *know-how* e de equipamentos, permitia a presença de capitais estrangeiros face às exigências do mercado mundial que se consubstanciavam na livre concorrência. Manuel, T. (idem) descreve que,

“o auxílio solicitado por Portugal, à Inglaterra para defende-lo da ambição alemã, implicava a exploração livre das colónias portuguesas por parte da Inglaterra, tendo deste modo, nascido as companhias majestáticas inglesas em Moçambique, e mais tarde a DIAMANG e a companhia do caminho-de-ferro de Benguela. A DIAMANG era detida pelos capitais ingleses, belgas e americanos” (p. 48).

Consequência do arranjo imperialista de ceder para receber, seja de forma explícita como implícita, sujeitando os seus territórios ao designado *ultra-capitalismo* (DILOLWA, 2000) caracterizado pela *colonização colectiva* (MANUEL, 2015) em que a soberania político-administrativa de Portugal coabitava com a relevância econômica de outras potências. Este quadro

derivado da incapacidade financeira e tecnológica, e da mão-de-obra não qualificada de Portugal, representou um aperto real no âmbito da concorrência imperialista com os gigantes. PAREI AQUI

Não tardará para esse aperto ser denunciado pelos respectivos investidores não portugueses (Alfred Rotschild e Eckards), no âmbito do acordo anglo-alemão que viria a luz do dia em 1898. Segundo Eckards cf. Guevara (2006, p. 210-211, **negrito do autor**), era um acordo “estritamente secreto [...], em grande parte, de **um carácter problemático**, já que só seria razoável sob determinadas condições”, que se refletiriam, grandemente, na mitigação da soberania portuguesa sobre as suas possessões em África. Era suposto no testemunho do autor “deixar claro ao governo português que a Alemanha e a Inglaterra se tinham comprometido, reciprocamente, a só financiarem em conjunto Portugal e que desejavam, como garantia de um grande empréstimo, a hipoteca ou cedência do seu domínio colonial”. Portugal fazia-se então, passar por nativo e com a pretensa legitimidade para alienar os territórios à custa das suas necessidades históricas desde a Europa.

Esta opção de suposto desafogo de Portugal com a hipoteca de espaços “genuinamente alheios” não deixou, igualmente, em períodos subsequentes de influenciar as opções das forças nacionalistas. Pois na fase do nacionalismo africano, quando as potências desconciliadas, ideologicamente, no âmbito da guerra fria (URSS e EUA) conciliam-se na luta anti-colonial, fará com que, não só Portugal e a sua ingenuidade expansionista serão alvos da fúria revolucionária, como também todos os seus aliados econômicos e financeiros.

À essa caracterização econômico-estrutural da colonização, junta-se o papel do ensino e da evangelização como aspectos constituintes da administração colonial, com maior relevância para as escolas missionárias. Opção que levou Portugal a distribuir administrativamente as igrejas cristãs de origem ocidental pelo território (exceto a católica com hegemonia para toda Angola). Para essas, evangelizar por via do ensino representava o mecanismo mais plausível de interação com os nativos, o que viria a reforçar as diferenças étnicas como aborda Comerford (2005):

“Os Baptistas funcionavam no meio dos Bacongós, os metodistas no seio dos Ambundu, os presbiterianos e congregacionais entre os Ovimbundu, os Luteranos no meio dos Kwanyamas, e o Pentecostes e evangélicos com outros grupos étnicos. Por causa das metodologias missionárias, diferenças históricas entre os grupos étnicos tornaram-se diferenças religiosas e subsequentemente diferenças, quando os partidos políticos foram fundados dentro dessas identidades étnico-religiosas” (p. 33).

Tratou-se de um contexto que vem sendo explicado como intencional por parte da administração colonial portuguesa num quadro estratégico de “dividir para melhor reinar”, fomentando “o conflito racial e tribal entre os grupos étnicos angolanos” (idem). Apesar de

escolarizados, as suas diferenças étnicas e religiosas não deixaram de constituir-se em âncoras das decisões culturais, políticas e ideológicas subsequentes.

Esta realidade será aproveitada não apenas pelos nacionalistas, nos seus posicionamentos de personalidade, como pelas esferas de influência externa que propagandeavam as suas ideologias no quadro da guerra fria, influenciando o processo de descolonização. Era um conjunto de influências que terão sido interpretadas como processo de reposicionamento das potências no território, abrandando deste modo, as aspirações e as perspectivas de Portugal diante da pressão de gigantes que haviam investido no território. Só assim se justifica, segundo Bernardo (2007), o encontro secreto de 14 de setembro de 1974 entre o General Spínola, chefe do Governo português e o Presidente Mobutu do Zaire na Ilha do Sal, Cabo Verde, com vista a proclamar a independência de Angola no quadro da Federação Zaire-Angola-Cabinda sob a presidência de Mobutu.

O nacionalismo enredado pela ideologia do Estado ultramarino

Segundo Correia, (1991, p. 29), “os portugueses, durante cinco séculos da sua permanência em Angola, sempre tiveram de se confrontar com a rebeldia ou com a insubmissão de grupos de naturais”, ou seja, à medida da sofisticação da ação imperialista, os nativos confrontaram sempre o hóspede incômodo. Tratavam-se de “confrontações que assumiram maior dimensão e significado a partir dos finais do século XIX, quando Portugal se lançou na ocupação do interior e começou”, pressionado pelo liberalismo imperialista reforçado pela industrialização, a exercer a dominação efetiva.

Quando o combate às esferas de dominação colonial começou com as reivindicações da Baixa de Kassanje, resultando em massacres de 04 de janeiro de 1960, seguida do ataque de 4 de fevereiro de 1961, às estruturas político-militares coloniais, e posteriormente aos ataques às fazendas de café do Norte de Angola a 15 de março de 1961, combatia-se combinadamente, os interesses políticos de Portugal e econômicos das demais potências que investiram em Angola. Por este motivo, a comunidade internacional teria sido cúmplice no uso, por Portugal, de bombas de Napalm, enquanto parte de equipamentos militares detidos como membro da OTAN.

A mítica e mística sobre o luso-tropicalismo a ser diversamente acreditada pelos portugueses fará com que os militares a quem obrigavam defender o Estado ultramarino até às reivindicações dos nativos, desencadeassem a 25 de Abril de 1974 a Revolução dos Cravos, que não só fragilizou a administração colonial portuguesa, mas desvelou-se, grandemente, como consequência das baixas portuguesas no teatro de operações face às forças guerrilheiras nacionalistas.

É neste contexto que se aperfeiçoa, segundo Luacute B. (2011, p. 160), “a guerra anti-colonial nos três movimentos revolucionários angolanos”, a qual teria levado Spínola a persuadir em 1974, “as autoridades portuguesas a reflectirem muito seriamente sobre o problema da colónia”. Era a sua preocupação no sentido de “conter o sacrifício de vidas humanas e a depredação das estruturas económicas”, fazendo com quem “alguns sectores, fundamentalmente militares, foram tomando consciência da razão da guerra e da realidade incontroversa e irreversível das aspirações dos povos africanos de se governarem a si próprios”. É nesta dimensão que Capoco (2012) descreve o seguinte:

“A decisão política no processo de descolonização dos territórios portugueses foi considerada no início da década 70, quando o governo de Marcelo Caetano enfrentava as dificuldades da situação política interna agravada pelas crises do ultramar. A proclamação unilateral da independência da Guiné, em 24 de Setembro de 1973 deu impulso aos independentistas de Angola e de Moçambique. ‘Quanto a Angola o factor decisivo veio ser a grande conflitualidade que dividiu os três movimentos independentistas e a sua acelerada expansão pelo território angolano partindo das zonas de influência de cada um destes movimentos’ (p. 136).

Como não se chega à verdade quando não se conhece o que se procura, a melhor via de compreender os processos que impeliram o nacionalismo, sugerimo-nos a definir o conceito de independência como “qualidade de independente; liberdade; autonomia” (COSTA; MELO, s/d: 796). Ou seja, a condição de uma sociedade ou comunidade assumir a autoridade própria que, como define a OCDE cf. Smullen, A. (2003, p. 554), independência representa ‘a capacidade de entidades autônomas tomarem decisões individuais e de natureza reguladora’. Implicando deste modo a liberdade legislativa sobre o novo ente político, o que quer dizer, formular um ordenamento à medida da nova identidade.

A fragilização do Estado português devido às intensas lutas desencadeadas pelos movimentos nacionalistas angolanos levará Spínola cf. Correia, P.P. (1991, p. 116-117), a chamar a atenção de Marcelo Caetano para a realidade colonial, por mais que custasse ao Estado português, essencialmente, a “constatação do estado de deterioração em que se encontravam as Forças Armadas em fase adiantada de um processo de desagregação”. Na sua exposição escrita segundo o autor, Spínola “revela a existência de um clima generalizado de falta de confiança nos chefes e nas estruturas militares”. Uma caracterização que galvanizará os nacionalistas e vai indispor os parceiros económicos históricos de Portugal que vêm o risco de seus investimentos estar à mercê de um quadro impreciso.

Este terá sido o foco da expressão nacionalista na perspectiva de banir as arquiteturas políticas e administrativas que durante anos haviam espezinhado o angolano. O processo para autodeterminação dos africanos, segundo David Diop cf. Benot (1969), preconizava:

“[...] a independência, não sob a forma de uma simples transferência do poder dos dirigentes coloniais para os dirigentes africanos, mas sim como uma ruptura qualitativa com o regime colonial, sob todos seus aspectos. Esta ruptura não significa necessariamente, sugere-se, o isolamento total em relação à Europa ou às antigas metrópoles” (p. 123).

Entendemos do autor, a independência como não sendo apenas uma forma de transferência de poder dos colonialistas aos africanos, mas a restituição da integridade da vida africana enredada na terra, como “espaço de legitimação dos direitos colectivos para fins económicos” (MANUEL, 2015, p. 15). Premissa tendente a reorientar a vida dos nativos a posterior, sem a interferência das antigas metrópoles. Terá sido essa, a lógica do apelo de Garvey, M. cf. Ngoenha (2014, p. 121, aspas do autor) que, “«a África deve ser libertada, e todos devemos consagrar as nossas vidas, as nossas energias e nosso sangue a esta causa sagrada»”, justificando conforme Correia (1991) que,

“Em 1953 formara-se, na clandestinidade, o primeiro partido político angolano, o Partido da Luta Unida dos africanos de Angola (PLUA) [...] Segundo a versão oficial do MPLA, é a PLUA que, em 1956, aliando ao Movimento para Independência de Angola (MIA) e a militantes comunistas, forma o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), cujo manifesto é apresentado em Dezembro desse ano. Em 1958 viria a juntar-se-lhe o Movimento para Independência Nacional de Angola (MINA)” (p. 31).

A União dos Povos do Norte de Angola (UPNA) viria a ser fundada entre dezembro de 1957 e janeiro de 1958, na sequência de reflexões e concertações entre as elites das monarquias convertidas ao protestantismo e ao catolicismo, como referência Mbah (2010, p. 46). O autor descreve que, a 1 de dezembro do ano de 1957, “Manuel Barros Nekaka, José Eduardo Pinnock e Eduardo Tangui, um monárquico católico que se tinha juntado aos protestantes” e outros imigrantes angolanos no Congo Leopoldville, reuniram “no domicílio de Holden Roberto, sobrinho de Barros Nekaka”, com o fito de fazer jus à “determinação destes monárquicos protestantes”.

Apesar de a colonização ter destruído as instituições tradicionais de Angola, o seu embrião permaneceu ativo, justificando assim, a convergência dos interesses dos monárquicos, independentemente da religião assimilada e do ensino adotado. O fato de serem, pretensamente, assimilados e evangelizados nas modalidades ocidentais, não os retirou a sua identidade costumeira, tendo merecido a atenção de protestantes e americanos, visualizado pela ajuda que os “missionários da *American Committee on África* deram nos monárquicos protestantes” (p. 46).

No entanto, para Angola, a coexistência da soberania político-administrativa de Portugal com a econômica de outras potências capitalistas, teria justificado a multiplicidade ideológica entre os nacionalistas. Mesmo sem expressar claramente a sua ideologia, a Frente Nacional de

Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), o fato de terem tido a assistência das potências, historicamente conhecidas como capitalistas, induzia a apologia desses movimentos àquela ideologia cujo sistema havia subjogado durante anos, os povos de Angola e contra o qual, pretensamente, os movimentos se batiam. Já em relação ao MPLA, para justificar o apoio da URSS mais na dimensão pragmática que ideológica, Karen Brutentz cf. Milhazes (2015, p. 35, aspas do autor), “«revelou ser o único movimento nacional que realizava uma luta real contra os colonizadores»”.

Devido à ostensiva conotação tribal com o Norte de Angola, a UPNA é transformada segundo Luacute (2011), em União dos Povos de Angola (UPA) na decorrência do Conselho dado à Holden Roberto pelos participantes à primeira conferência dos países africanos independentes, realizada no Gana em 1958. O surgimento da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), como consequência da fusão em 1963, da UPA com o PDA, ao que Correia, (1991) descreve que,

“[...] no Norte da colônia surgiu a união das populações do Norte de Angola (UPNA), que mais tarde se transformaria na união das populações de Angola (UPA), cujo principal dirigente, Holden Roberto, já em Agosto de 1958 estivera presente na conferência dos estados independentes, em Monróvia. Em Março de 1962 a UPA e o partido Democrático de Angola (PDA) fundem-se na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)” (p. 32).

A UNITA, enquanto terceiro movimento nacionalista de Angola foi, segundo Correia (1991, p. 34), fundado por Jonas Savimbi, depois de em julho de 1964 ter abandonado o cargo de “ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE, [...] por razões nunca esclarecidas”. Criou então na sequência do I congresso extraordinário realizado no Mwangai (Moxico), de 6 a 13 de março de 1966 “a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA)”, cujas ações segundo o autor, “viria a iniciar [...] na região leste, a sul do caminho de ferro [sic] de Benguela”. Concluímos que a fundação da UNITA resulta de passagens efêmeras de Jonas Savimbi pela FNLA e nominalmente pelo MPLA.

A coexistência de três movimentos nacionalistas, lutando pretensamente contra o colonialismo português, tornará a caminhada para a autodeterminação de Angola, complexa, árdua e eivada de algumas ambiguidades. Cada movimento advogava uma ideologia consoante a esfera que apadrinhasse os seus desígnios. Motivo pelo qual, a transição para a independência estará circunscrita em fracassos e conflitos internos que, autores como Wright (1997), Guimarães (1998) e Schubert (200) segundo Manuel (2011, p. 10) consideraram este contexto como a consequência do ‘apego das lideranças nacionalistas da FNLA, do MPLA e da UNITA ao poder, bem como às rivalidades pessoais, pelo facto de cada líder sentir-se capaz de lutar sozinho para a independência’. Centralidade clara à uma espécie de voluntarismo para a luta.

O foco dessas visões sobre as “personalidades” das figuras que lideravam os movimentos, contrariamente às “ideologias” que aportavam os seus posicionamentos “como a fonte das divergências entre os movimentos” (idem), despolitiza o nacionalismo, como se de um romance voluntarista se tratasse. No entanto, os mesmos autores segundo Manuel, T. (2011, p. 10) não deixaram de reiterar as “alianças externas para o alcance do poder político”. Dimensão que subsumiu as afeições ideológicas que corporizarão a marcha de luta para a independência até ao estabelecimento de um Estado soberano ex-colônia.

Se para os restantes territórios africanos, Portugal identificara apenas um interlocutor válido para a transição, por exemplo: FRELIMO em Moçambique, PAIGC para Cabo-Verde e Guiné-Bissau, MLSTP para São Tomé e Príncipe, para a Angola, estavam a terreiro, o MPLA, a FNLA e a UNITA. Uma realidade que será tão mais controversa, devido à implicação da guerra fria sobre as opções ideológicas dos nacionalistas. Precedentemente, influenciaram este espectro, as opções político-administrativas do colonialismo português que sedimentaram cultural, ideológica e intelectualmente as populações.

A partir da evangelização, a forma como as Igrejas foram distribuídas no território sedimentado em grupos étnicos (COMERFORD, 2005), fez com que as diferenças étnicas se convertessem em diferenças religiosas. Contexto que tem sido evocado segundo o qual, os conflitos internos entre os três movimentos angolanos eram de ordem regionalista, tribalista e de apetência ao poder. Porém, os movimentos nacionalistas gerados com a eclosão da agenda descolonizadora do mundo a partir de 1945, serão incorporados por intelectuais e não só, escolarizados e evangelizados neste contexto de diferenciação, permitindo deste modo, que as diferenças étnicas e religiosas se configurassem em diferenças ideológicas. A este respeito, Holden Roberto falando na Rádio Nacional do Congo Leopoldville cf. Capoco (2013) referiu o seguinte:

“«o tribalismo é um grave transtorno no meio daqueles povos que sendo um só desejam emancipar-se, libertar-se do jugo de estranhos. Havendo separatismo, levantando-se tribo contra tribo, o governo português é levado a crer que em Angola não existe patriotismo, que Angola é um simples aglomerado de tribos, chegando a afirmar que se não fosse Portugal continuaríamos a matar-nos uns aos outros»” (p. 12, aspas do autor).

Esta asserção confirma o ideário de Portugal de dividir para melhor reinar. Pois, foi Portugal que em matéria administrativa formalizou estes conceitos de diferenciação e de discriminação que impeliavam os nativos a procurar adjetivos confortáveis. O Estatuto do Indigenato que mantinha a maioria da população rural como *indígena*, e uma minoria *assimilada*; a distribuição das Igrejas, concomitantemente as escolas no formato regionalista, constituíram intencionalidades comprováveis por essa tendência de sua desculpabilização enunciada por Holden Roberto: “se não fosse Portugal continuaríamos a matar-nos uns aos outros”, como se os

Estados reinos tribais precedentes fossem alguma fatalidade. Um quadro que será patente no seio dos movimentos políticos envolvendo até mesmo o espírito separatista, que levará nacionalistas como Mário Pinto de Andrade cf. Capoco (2013), a evocar o seguinte:

“«O ponto essencial da nossa política interna continua a ser a procura constante da unidade de acção entre as diversas organizações nacionalistas de Angola combatente. É um facto estabelecido hoje que o MPLA nunca poupou os esforços para a criação duma frente comum de formações políticas. Em cada fase importante do desenvolvimento da nossa luta de libertação, lançámos apelos com o fim de realizar a unidade dos nossos movimentos»” (p. 12, aspas e Itálico do autor).

Enraizado o clima fértil para os dissensos entre os nacionalistas, a influência da política externa dos Estados Unidos da América (EUA), sob o mandato do capitalismo, e a União das Repúblicas Socialista Soviética (URSS), sob o mandato do socialismo terá influenciado os movimentos nacionalistas, de tal modo que, cada potência fizesse vincar a sua ideologia em qualquer um dos movimentos.

Assim, Correia (1991, p. 35) ao afirmar que, o “MPLA, FNLA e UNITA nunca se entenderam nem souberam coordenar as suas acções na luta pela libertação do seu país”, sem desocultar as motivações dos desentendimentos, mas referindo-se em como lutavam, “aparentemente com idêntico objectivo – obrigar Portugal a reconhecer o direito de Angola à independência”, desvela alguma imprecisão ideológica particular de cada um dos movimentos. Logo, a prescrição do autor de que os movimentos deviam “unir os seus esforços numa frente comum” (idem) estava, eventualmente, desfocada das agendas e das estratégias particulares dos movimentos, justificando assim, a “permanente vocação para a dissidência interna e mesmo para o confronto armado entre eles” (ibidem), como veio a afirmar Luacute, B. (2011):

“A opção pela via socialista afigurava-se para os africanos como sendo a mais adequada às suas culturas, ao passo que o capitalismo significava a continuidade de sociedades representadas por classes dominantes e dominadas. A par desta realidade cultural pesaram as relações dos EUA com as principais potências colonizadoras em plena fase da descolonização, aliança à URSS representava uma verdadeira descolonização, enquanto aliança com os EUA podia representar a continuidade colonial nos moldes do neo-coloniais” (p. 77-78).

O socialismo era na época, a formação socioeconômica plausível para uma sociedade arrasada pelos maus tratos e subjugação, com a miséria das populações resultante e com as instituições endógenas desestruturadas. Já o capitalismo havia sido o responsável do contexto precedente, optá-lo era uma forma de perpetuar a dominação, porque pela sua gênese, trata-se de uma formação socioeconômica cujos atores principais são os detentores de capital.

Para povos empobrecidos e miseráveis, augurar o capitalismo visualizar-se-ia num estabelecimento voluntário do neo-colonialismo, ideologia que apesar de subsumida pelo bloco capitalista e propagandeada pelo bloco socialista era perene dadas as circunstâncias em que, estranhamente, o mundo eivado pela guerra fria acorda unanimemente para a descolonização de África. Por este motivo, Luacute, B. (2011) discute que,

“No âmbito da guerra fria, estas opções dos estados africanos em geral e angolano em particular, não permitiram uma estabilidade condizente com as aspirações da independência porque os novos estados constituíram-se em campos de batalha das grandes potências que eram incapazes de confrontarem directamente” (p. 78).

Qualquer que fosse a opção ideológica dos nacionalistas angolanos corresponderia, necessariamente, a um posicionamento contra ou a favor de um dos dois blocos veladamente irreconciliáveis. A não visibilidade pública das racionalidades das forças de influência externa, pode justificar a evocação de Agostinho Neto em 1969, em como, *‘O povo que luta pela sua independência irá procurar ajuda onde a puder encontrar. Para conseguirmos a nossa independência aceitaremos qualquer ajuda [...] nem que seja do próprio diabo’* (BRIDGLAND cf. LUACUTE, B., 2011, p. 78, itálico do autor).

Esta quase neutralidade positiva ontológica de Agostinho Neto e de tantos outros nacionalistas africanos da sua época (Amílcar Cabral, Kwame Nkurumah e outros) compreendeu uma opção de sobrevivência dos pequenos perante a conflitualidade dos grandes, isto é, das forças que estranhamente uniram-se para descolonizar a África (EUA e URSS). No entanto, não tardou, para o seu movimento (MPLA) afirmar-se, terminantemente como de orientação socialista ao que, Stockwell (1979) designou por “movimento progressista”. Sem temer represálias pela quase quebra da discursada neutralidade positiva, Agostinho Neto declarou: “Angola é, e será por vontade própria, trincheira firme da revolução em África – na Namíbia, na África do Sul e no Zimbabwe está a continuação da nossa luta”. Um ataque expresso às aspirações capitalistas para com a África Austral que tinha na África do Sul do apartheid, o seu legítimo representante.

A fragilidade política e económica de Portugal, numa altura em que Salazar sujeitava o Estado à duplicidade de ação, - por um lado alavancar a economia e por outro, impedir a consolidação e a ação dos movimentos nacionalistas nas colónias, fizeram com que o exército português, mesmo com o orçamento incidido sobre si, protagonizasse o ato mais deprimente para o Estado – revolução dos cravos. Mbah (2010) aborda que,

“Muito antes do início da luta armada em Angola, o exército português já estava dividido e confrontado com uma oposição interna à política de Salazar. Essa oposição constituída por uma fracção de militares favoráveis ao general Humberto Delgado, candidato infeliz das eleições presidenciais de 1958. Todos eles tinham

muito mal aceite o revés do seu candidato devido à fraude eleitoral organizada pelo governo. No entanto, os acontecimentos que tiveram lugar em Angola em 1961 deram azo a que um certo número de militares julgasse ter chegado o momento oportuno para organizar e tentar uma acção de força contra o regime de força” (p. 242).

Tal situação sucedera por que, em toda a sua história Portugal ter-se-á posicionado sempre de forma ambígua: (i) expansionismo mercantilista ou recriação de Portugal em territórios do além-mar (1482-1849)? (ii) missão civilizacional ou destruição das instituições indígenas (1849-1933)? (iii) relançar a economia definhada durante séculos do tráfico de escravos ou travar os movimentos nacionalistas (1933-1975)? A atração intencional e forçada de capitais estrangeiros sob a forma de hipoteca das colônias para justificar a evolução socioeconômica dos territórios ocupados, quando por via do assimilacionismo segregacionista destruía a sociedade indígena (populações e suas instituições), testificam as ambiguidades históricas lusas.

A revolução de 25 de abril de 1974, também designada por “revolução dos cravos”, arremessa-se contra o regime ditatorial de Salazar por que, à medida que as instituições africanas eram destruídas, a própria identidade e a vida na metrópole eram expostas a desgastes e vexames. Deste modo, segundo Luacute (2011, p. 160-161), “com a guerra de libertação no auge e algum afrouxamento da ditadura em Portugal, alguns oficiais militares uniram-se num movimento que convencionaram chamar de Movimento das Forças Armadas (MFA)”. Politicamente debilitado, Portugal já não se encontrava em condições de enfrentar qualquer proposta de mudança, nem perpetuar a ordem inicial.

A Junta de Salvação Nacional (JSN) liderará então a dimensão política desta revolta interna, encetando “um golpe fatal contra o estado retrógrado fascista português” (p. 161), oportunidade tomada pelos “movimentos de resistência ao sistema colonial, quer da clandestinidade, quer da diáspora portuguesa como FNLA, MPLA e UNITA”, no sentido de unir esforços e encetar “um processo de normalização para a democratização do país” (idem). Razão suficiente para considerar a maturidade democrática de Portugal como contemporânea da das ex-colônias, salvo em relação aos novos Estados expostos às guerras resultantes das ambiguidades históricas da colonização.

A dissolução do vínculo com as colônias tomou caris irreversível, ao que os três movimentos se aproximaram à nova autoridade portuguesa sensibilizados pela solução negocial tendente a pôr fim às hostilidades no território. No entanto, face às circunstâncias e ao contexto político internacional a saída perene consistia em discutir o formato, os mecanismos, as tarefas e os atores que levassem à independência efetiva de Angola. Sendo assim, de 3 a 5 de janeiro de 1975, a convite de Jomo Kenyata, presidente do Quênia, foi realizada a cimeira de Mombaça “com o objectivo de concertação de uma plataforma de entendimentos comuns” entre os três movimentos

“face às conversações com as autoridades portuguesas” (LUACUTE, 2011, p. 164), que levariam à transferência da autoridade do Estado de Angola aos nativos.

A cimeira participada por “Holden Roberto (FNLA), Agostinho Neto (MPLA) e Jonas Savimbi (UNITA), acompanhados por uma trintena de delegados das suas organizações” (MBAH, 2010, p. 293), centrou-se segundo Muekalia (2010) cf. Luacute (2011, p. 164) “sobre os aspectos concernentes a instalação de um governo de transição, a formação da assembleia constituinte, a realização de eleições gerais com sufrágio universal, sobre a unidade territorial e o princípio da legitimidade revolucionária”. Evento, segundo Correia (1991) cf. Luacute (idem), apoiado “pela OUA e pela comissão de descolonização da ONU”, tendo sido excluída qualquer hipótese de “partilha do espaço político angolano com outras forças que não tivessem participado directamente na luta de libertação”.

Esta perspectiva abre, historicamente, cretas democráticas que vão eivar o formato constitucional e comportamental de Angola, devido à validação da força como critério de admissão e de consideração política nacional, eximindo assim, qualquer força ideológica que existisse na época. A este respeito, Mbah (2010) aborda que, já o texto de alvor,

“privilegiava sobremaneira os actores da luta armada, atribuindo-lhes a exclusividade de apresentação de candidaturas a postos políticos, o que de facto eliminava dessa corrida ao poder o conjunto de efêmeras organizações angolanas que tinham sido criadas imediatamente depois do 25 de Abril” (p. 296).

Uma artimanha que, podendo ser de iniciativa dos nacionalistas ou da administração colonial portuguesa, mas não estabeleceu, senão o sentido de *dividir para melhor reinar*. Contexto que pode justificar a instrumentalização das forças políticas como expressão da força, e a ideologização da sociedade que apresenta as forças políticas como entes que se digladiam – exclusão política. Tal informou uma corrente ideológica nacional, orientada para a obtenção de meios bélicos que os levariam à prossecução da revolução anticolonial e subsequente conforto no quadro das forças políticas nacionais.

Apesar disto, Correia (1991, p. 124) descreve que, “nos primeiros dias de 1975, depois da reunião de Mombaça, estavam finalmente satisfeitas todas as condições para que a independência e a transferência” da autoridade fosse processada. Consubstanciavam-se os efeitos do amadurecimento político enredado pelo pan-africanismo em que, as elites haviam tomado consciência sobre a necessidade de autogovernança dos africanos. Segundo Hernandez (2005) descreve que,

“O V congresso assumiu a condenação global do capitalismo europeu nos territórios africanos. Significa dizer que a exploração e a dominação passaram a ocupar o centro dos debates, reflectindo o ideário Marxiano entre alguns dos mais

destacados intelectuais e líderes políticos africanos como Jomo Kenyatta (Quênia), Peter Abrahams (África do Sul), Hailé Selassié (Etiópia), Namdi Azikwe (Nigéria), Julius Nyerere (Tanzânia), Kenneth Kaunda (Zâmbia) e Kwame Nkrumah (Gana), Amílcar Cabral (Cabo Verde e Guiné Bissau), Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz (Angola), e Samora Machel (Moçambique)”. (p. 154)

Vai ser a partir do V congresso que se vai dedicar tempo em discutir aspectos de conveniência dos africanos, ligado a (exploração e dominação) que constituiu, um enorme fardo e longo período contra os africanos. Assim, a partir dali, vai-se abraçar a ideologia marxista, por que, foi percebida como, uma verdadeira via para libertar-se do jugo colonial; ao passo que o capitalismo foi condenado por muitos líderes por que, os colonizadores eram os próprios capitalistas, e, enveredar-se a ela, pressupunha, aliar-se ao colonizador e aliar-se ao colonizador pressupunha-se perpetuar a colonização, que era o alvo a abater, o fardo por descarregar. Surgiram muitos outros, encontros das elites intelectuais africanos, com vista a descolonizar a África. Tais como os realizados respectivamente, em Kumasi, (1953) e em Acra (1958), Hernandez (2005) descreve que,

“Comprometidos com a “descolonização” no âmbito da bipolaridade político-ideológica liderada, de um lado, pela então URSS e, de outro pelos estados unidos, influenciado a constituição de duas formas de pan-africanismo: a “minimalista” e a “maximalista”. A primeira aceitava as fronteiras traçadas pela conferência de Berlim, e incentivava a constituição de Estados Nacionais com soberania interna e externa, tendo alguns interesses comuns definidos pela organização da unidade africana (OUA) (ativa entre 1963-2003)”. (p. 154, parênteses do autor)

Por sua vez, a forma maximalista “propunha uma estratégia de recomposição da geopolítica instaurada com a conferência de Berlim”, (idem) responsável pela “‘balcanização’ do continente, tornando a África um mosaico de zonas de influência europeia. Propunha a fundação dos Estados Unidos de África com unidade económica, política e militar” (idem).

Se a libertação da colonização lusa era a prioridade decorrente da vantagem internacional criada com o fim da II Guerra Mundial (1945), a identificação das hegemonias nacionais estará relacionada com o fato de que só aqueles vinculados às esferas coloniais (escolarização e administração), podiam encabeçar a reforma política. Tratava-se de elites que fruto dos instrumentos burocráticos apreendidos durante a dominação, estariam em condições de liderar, de instituir e de integrar todas formas de luta anticolonial. Mesmo as lutas armadas que enformaram o nacionalismo angolano, apenas os escolarizados podiam dirigir.

É assim que, tudo o que representou a educação e a instrução coloniais para as elites africanas na fase da negação à subjugação, Canêdo, cf. Manuel (2008, p. 162, Itálico do autor), descreveu como sendo: “*as armas do colonizador nas mãos dos colonizados*”. O ensino colonial

foi relevante na organização e na ação dos movimentos nacionalistas, colocando nas fases negociais, os nativos e as metrópoles em igualdade de circunstâncias. Situação contrária ao pacto de Berlim (1884/85) em que os partilhados se encontravam impávidos perante às disputas estrangeiras nos seus territórios, como definira Brunschwin cf. Manuel (2008), partilha como sendo:

“[...] processo através do qual várias potências estrangeiras se põem de acordo para colocar um território, total ou parcialmente sob sua soberania impondo para efeito, rivalidades e negociações entre os partilhantes diante da incapacidade de resistência do partilhado” (p. 51).

Assim, na fase de dar-se por terminada a supremacia da administração colonial portuguesa, o nacionalismo será visto por conta da sua pluralidade e do seu significado de acordo com Manuel (2008), como sendo:

“[...] A hora de dizer basta, [...] não como preceito chauvinista, ou de xenofobia, mas, como negação ao ‘status-quo’ em que era submetido por uma entidade opressora, que de forma estruturada e objectiva, executaram acções para autodeterminação do continente” (p. 160, itálico do autor).

As lutas nacionalistas começaram então, a ser diversamente implementadas e interpretadas devido à sua concomitância estrutural e dinâmica com o fim da II GM. A sua prossecução passa a ser influenciada pelo manto da Guerra fria, fazendo com que alguns ativistas e ideólogos do nacionalismo fossem eivados pela “propaganda da democracia liberal - expressão da aliança soma nula” (MANUEL, 2009).

Os nacionalistas a incubarem-se em lógicas e ideais das potências mundiais lideradas pelos Estados Unidos da América (EUA) do bloco capitalista, pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) do bloco socialista, posicionaram-se conforme as precedências de instrução, de religião e de integração social durante a noite colonial e durante a interacção com as distintas influências nacionalistas. Stockwell cf. Manuel (2014) afirma que,

‘Ao mesmo tempo que estudavam e viajavam na Europa convenciam-se que apenas a filosofia marxista parecia oferecer uma alternativa à opressão portuguesa; para além do apoio moral, o marxismo proporcionava-lhes métodos de organização para desenvolverem um movimento revolucionário. O capitalismo, como o patrocinado pelos Estados Unidos apoia firmemente os portugueses. O catolicismo apoiava os portugueses. Os missionários protestantes americanos tinham problemas com os portugueses, mas no fim apregoavam uma posição de submissão positiva’ (p. 10).

Esta situação enredado pela Guerra Fria levará os nacionalistas a entenderem que substituir a administração colonial impunha o domínio de mecanismos e instrumentos de gestão autônoma

de administração e gestão, que apenas o regime socialista disponibilizava-os às futuras lideranças dos Estados independentes. Nesta perspectiva, Oliveira cf. Manuel (2014) reconhece mesmo que,

‘A maioria dos movimentos, embora agindo em território longínquos, estavam irmanados entre si por interesses consubstanciados pela então muito atraente ideologia socialista, o que favorecia nitidamente os interesses da URSS. Os EUA não podendo ficar a perder, apoiados nos seus aliados, procuram, e as vezes quase inventam movimentos de libertação que anulem a vantagem do bloco Soviético’ (p. 10).

Realidade que coloca a terreiro a pureza ideológica e estratégica dos movimentos nacionalistas. Pois que, se alguns movimentos podiam considerar-se nacionalistas, outros podiam mesmo ser considerados fantoches como resultado da recriação de parceiros por parte dos EUA. Assim, à margem das propagandas primárias do anticomunismo e do anticapitalismo, a solidariedade que se expande entre os colonizados da Ásia e da África, como confirma Manuel, T. (2008),

“[...] influenciará a preponderância asiática, que com a derrota do Japão na IIGM justificará o recuo da Ásia imperialista que estrategicamente descolonizará as suas colônias como forma de minar os interesses da Europa imperialista” (p. 173).

Tal levou a variações nas formas de expressão nacionalista. Se para as possessões inglesas e francesas as lutas intelectuais e sindicais eram suficientes, a crepitação das lutas armadas nas colônias portuguesas, revelou-se incontornável devido à política dupla de Salazar assente concomitantemente, “[...] em responder a rebelião africana mediante: (i) intervenção militar e (ii) as reformas económicas e sociais” (MANUEL, 2015, p. 65), será a responsável por essa tardia decisão. Contexto que inquietava a metrópole por conta das vidas de europeus que se perdiam em África.

Seja a “conflitualidade”, como as referenciadas “zonas de influência de cada um destes movimentos” pelo autor, representam as consequências das designadas divisões étnico-religiosas que, segundo o CICA citado pelo autor, constituíram de algum modo “um monstro quando foi formado o governo de transição em 1975” (ibidem), referenciando que,

‘Esse monstro saído dos Acordos de Alvor trouxe ao povo angolano a tragédia jamais conhecida, pois que o nosso povo perdeu mais gente durante as confrontações de 1975 do que perdeu na primeira guerra de libertação nacional’ (p. 33).

Portanto, as atenções da Administração colonial portuguesa estavam viradas para a defesa das colônias em África que eram a sua base econômica e social. Porque em nome das colônias,

Portugal atraía investimentos que permitiam equilibrar economicamente o Estado, mediante a mobilidade demográfica entre a metrópole e as colônias, no designado Estado ultramarino português encoberto pelo luso-tropicalismo. Uma segregação que, a par de toda a ferocidade colonial portuguesa, impelirá os movimentos nacionalistas de Angola a levarem a cabo uma série de atos de insurreição anticoloniais que foram enfraquecendo a administração e o exército português nas colônias.

Compreensão da tentativa do reposicionamento imperialista

Período	Caracterização socioeconómica e política	Estados/actores	Configuração da situação
1926-1975 Regime fascista em Angola	<ul style="list-style-type: none"> • Colonização colectiva ou ultra-capitalismo; • Soberania política de Portugal e económica de outras potências. 	Portugal, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Estados Unidos da América (EUA) e França.	<ul style="list-style-type: none"> • Luta armada de libertação nacional entre os movimentos nacionalistas e a administração colonial portuguesa com a assistência da OTAN.
1975.... Fase da emancipação	<ul style="list-style-type: none"> • Descolonização e proclamação da independência pelos movimentos nacionalistas. 	Angolanos filiados nos movimentos: <ul style="list-style-type: none"> • MPLA; • UNITA; • FNLA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência dos EUA à FNLA e à UNITA (operação IAFEATURE); • Convite do MPLA à URSS e Cuba para a defesa da integridade territorial e da soberania nacional.

Fonte: Diagramação do autor

CONCLUSÕES

Terminada a investigação, aportados metodologicamente na lógica de concluir com base nas demonstrações e evidências desenvolvidas no trabalho, as quais estão relacionadas com a resposta aos objetivos e às previamente definidas, chegamos às seguintes conclusões, a seguir.

Não encontramos qualquer autor que assumisse o Acordo de Alvor como mecanismo viável para a transição de Angola à independência. Há sim, uma realidade precedente relacionada com uma série de arranjos e reconhecimentos que identificam a inexequibilidade do acordo, nomeadamente: (i) encontro secreto na Ilha do Sal/Cabo Verde, a 14 de Setembro de 1974, cuja essência tendia à proclamação da independência de Angola no formato de *confederação Zaire-Angola-Cabinda* (BERNARDO, 2007); (ii) Após a assinatura do Acordo de Alvor a 15 de Janeiro de 1975, a Comissão dos 40 aprova a 22 de Janeiro do mesmo ano, o “plano de desestabilização do governo de transição em Angola” (MBAH, 2010, p. 300); (iii) a 14 de Julho de 1975, a Comissão dos 40 solicitou à CIA a elaborar um plano de ação secreta para a operação angolana – Operação IAFEATURE (STOCKWELL, 1979), visando aniquilar militarmente o MPLA, até a realização das eleições em Outubro; (iv) outra evidência que exime Alvor, o carácter de plataforma para a independência, decorre do reconhecimento do então Alto-Comissário do Governo português

para Angola (General Silva Costa) segundo o qual, o Acordo de Alvor “não era exequível nem fora elaborado para ser cumprido” (CARDOSO, 2014, p. 584);

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAPOCO, Zeferino. **Nacionalismo e construção do Estado-Angola (1945-1975)**. Lobito: Escolar Editora, 2012.

CARDOSO, Silva. **Angola, anatomia de uma tragédia**. Córdova: Sociedade Editorial Lda, 2009.

COMERFORD, Michel. **Rosto Pacífico de Angola. Biografia de um Processo de Paz (1991-2002)**. Windhoek: Edição do Autor, 2005.

CORREIA, Pedro Pezarat. **Descolonização de Angola a Joia do Império Português**. Luanda: Ler & Escrever, 1991.

ALMEIDA COSTA, Joaquim; SAMPAIO e MELO, Antônio. **Dicionário de língua portuguesa**. Porto: Porto Editora, 1987.

DILOLWA, Carlos Rocha. **Contribuição à história económica de Angola**. Luanda: Editorial Nzila, 2000.

FERNANDES, José. 1975 - Independência de Angola. **Diário de notícias 150 anos**, 2014.

GUEVARA, Gisela. **As relações entre Portugal e Alemanha em torno da África (Finais do século XIX e inícios do Século XX)**. Coleção Biblioteca Diplomática do MNE-série D. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal. Coordenação Editorial IDI-MNE; p. 210-211, 2006.

LUACUTE, José Bernardo. **Tendências político-ideológicas do processo Nacionalista angolano-1945/1975**. Benguela: Kat editor, 2011.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral De Estado**. São Paulo: Saraiva Editora, 2006.

MANUEL, Tuca. **História de África II, texto de apoio**. 1ª edição. Benguela: editora Kat-empresendimentos e consultorias, Lda, 2008.

MANUEL, Tuca. **Manual de História Económica de Angola**. Instituto Superior Politécnico Jean Piaget, 2014.

MANUEL, Tuca. **Manual de História Económica de Angola**. Instituto Superior Politécnico Jean Piaget, 2015.

MAXWELL, Kenneth. **As colónias portuguesas e a sua descolonização**. Revista críticas de ciências sociais nº 1/16/17 Maio de 1985. Universidade de colúmbia (nova york), 1985.

MBAH, Jean Arseen. **As rivalidades políticas entre ENLA e MPLA 1961 – 1975**. Luanda: Editora Mayamba, 2010.

MILHAZES José. **Angola – o princípio do fim da união soviética**, 2015.

SMULLEN, Amanda. **Autonomia, liberdade e independência: a evolução de uma família de conceitos e seu advento à arena da administração pública**, 2003.

STOKWELL, John. (1979). **A CIA Contra Angola**. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1979.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Editora: Universidade de Brasília, 1999.

WRIGHT, Geoge. **A Destruição de um País. A Política dos Estados Unidos para Angola desde 1945**. Portugal: Editora Nzila, 1997

Recebido em: 25/03/2022

Aprovado em: 30/06/2022